

EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL*

Eduardo Brandão Lima Junior

Adriana Cristina Omena Santos

Leandro Luiz de Araujo

Introdução:

O presente capítulo tem por objetivo apresentar o tema “Educação e Trabalho no Brasil”, analisando as especificidades do trabalho nos dias atuais perante a sua transformação no decorrer da história. Através disso, vai ser possível responder a problematização de “Como se apresenta a relação entre educação e trabalho nos dias atuais no Brasil?”

Será realizado a diferenciação, nesse sentido, a distinção entre trabalho e força de trabalho. “O trabalho não é senão o uso da força de trabalho, cujo conteúdo consiste nas aptidões físicas e intelectuais do operário [...]. O valor de uso da força de trabalho consiste precisamente na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior à sua própria” (MARX, 1996, p. 37). Sendo necessário a partir disso, entender o que é educação e como esse se liga ao trabalho.

A partir desses entendimentos, será necessário entender como as revoluções influenciaram no mercado de trabalho, sendo necessário demonstrar os conceitos, que Marx (1996) define como força de trabalho, mais-valia e alienação. E atentar para o que já era previsto, sobre a forma de precarização do mercado de trabalho, uma vez que parte do saber intelectual é transferido para as máquinas informatizadas, tornando-se mais inteligentes e necessitando cada vez menos da força de trabalho humano.

Devido a crescente formação educacional, seja no tocante ao ensino médio politécnico, que tem como base a múltiplas técnicas, faz o mercado de trabalho encontra-se deteriorada, uma vez que a expansão do sistema educacional pode acarretar o desemprego de força de trabalho qualificada. Nesse caso, faz-se necessário entender o que é tecnologia, pois foi através dela que o ensino técnico substituiu a formação universitária. Tecnologia, “literalmente significa estudo da técnica, ciência da técnica ou técnica fundada cientificamente” (SAVIANI, 2007, p. 163).

Seguindo esse entendimento da emersão da tecnologia no mercado de trabalho, como foi demonstrado por Antunes (2000), uma vez que parte do saber intelectual é transferido para as máquinas informatizadas e, conseqüentemente, a utilização da menor força de trabalho qualificado. Levando em consideração a

* DOI – 10.29388/978-65-81417-67-3-0-f.210-218

justificativa, será possível demonstrar como os profissionais almejam entender o mercado de trabalho atual, que mesmo com a crescente formação intelectual dos brasileiros, a sociedade sofre com o desemprego da força de trabalho qualificado. Isso é visto, pois em vez de empregar a qualificação de ensino superior, o mercado de trabalho investe no ensino técnico, já que esse possui menor valor econômico e possui qualificação.

O presente trabalho tem como objetivo geral, desenvolver o argumento de que a deterioração do funcionamento do mercado de trabalho, em vez de ser contida pela melhoria educacional, colaborou para o desperdício e a deterioração da formação educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade. E tem como objetivo específico analisar como essa melhoria educacional acarreta a desigualdade social.

2. Relação trabalho e educação

Trabalho e educação são atividades especificamente humanas, sendo esses atributos dados pela racionalidade. Isso é visto, uma vez que o “trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo” (BRAVERMAN, 1981, p. 50). A relação entre trabalho e educação sempre guiou diferentes visões. Desse modo, faz-se necessário definir o que é trabalho e o que é educação. Além do mais, entender como esses dois se relacionam.

A primeira grande evolução do século XX diz respeito ao trabalho. Ele emigra globalmente da esfera privada e ingressa na esfera pública. Entre as conceitualizações mais recente, Saviani (2007, p. 154) define, que “o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho”. Já escreveu Marx (1996, p. 297-298), na sua obra *O Capital* que:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade.

De antemão, vale ressaltar a diferenciação entre trabalho e o que Marx chama de força de trabalho. O “trabalho”, como todos os processos vitais e funções

do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano, que utiliza dos seus músculos e cérebros, não podendo ser separados de pessoas que os possuem; não se pode dotar alguém com sua própria capacidade (BRAVERMAN, 1981). Já a “força de trabalho”, que foi citado anteriormente por Marx (1996), trata da capacidade humana de executar trabalho, não podendo ser confundida com o poder de qualquer agente não-humano, seja ela natural ou feita pelo homem. Cabe ressaltar que, “o trabalho humano, seja diretamente exercido ou armazenado em produtos como ferramentas, maquinaria ou animais domesticados, representa o recurso exclusivo da humanidade para enfrentar a natureza. Assim, para os humanos em sociedade, a força de trabalho é uma categoria especial, distinta e não intercambiável com qualquer outra, simplesmente porque é humana” (BRAVERMAN, 1981, p. 54).

Foi visto que essa divisão dos homens em classe provocaria também a divisão na educação. Essa divisão existiu, primeiramente, vista no próprio processo de trabalho, como no caso do período escravista que foi dividido em: uma classe proprietária, identificada como homens com educação e livres; e a classe não proprietária, identificada por pessoas sem instrução intelectual, como escravos e serviçais. Apesar disso, Saviani (2007, p. 155) complementa dizendo sobre a ideia de separação existente entre educação e trabalho:

A primeira modalidade de educação deu origem à escola. A palavra escola deriva do grego σχολή e significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre. Era, pois, o lugar para onde iam os que dispunham de tempo livre. Desenvolveu-se, a partir daí, uma forma específica de educação, em contraposição àquela inerente ao processo produtivo. Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho.

Ademais, vale ressaltar a relação existente entre esses dois institutos. Marx (1996), explica que a necessidade de investir em educação veio a partir da Revolução Francesa e devido as seguintes Revoluções, que obteve grandes mudanças na ordem econômica e social no mundo. Nesse caso, foi necessário ampliar a qualificação do possuidor da força de trabalho, aumentando o capital, para que esse possuísse o comando de compra e venda. Ou seja, é visto que, as Revoluções proporcionaram para o detentor da força de trabalho, aquilo que ele define como mais-valia.

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem,

ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto, no âmbito dos valores gastos para a sua produção (MARX, 1996, p. 289).

Isso é demonstrado por Antunes (2000, p. 131) ao explicar que o além do saber operário, que o fordismo desapropriou e transferiu “a nova fase do capital, da qual o toyotismo é a melhor expressão, transfere o *savoir-faire* para o trabalho, mas o faz visando apropriar-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária”. Nesse caso, é visto que desde os trabalhos em equipes, as ideias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua viabilidades e vantagens para o capital.

No entanto, o processo não se restringe a essa dimensão, uma vez que parte do saber intelectual é transferido para as máquinas informatizadas, tornando-se mais inteligentes. À vista disso, esses equipamentos industrializados reproduzem uma parcela das atividades a ela transferida pelo intelecto humano, podendo nesse caso, induzir a retirada de parte dessas pessoas que transferiram tais saber intelectual do trabalho. Nos dias atuais, a educação e trabalho estão correlacionados a esse tipo de ideia apontada anteriormente, levando o desemprego de força de trabalho qualificado (ANTUNES, 2000).

Ademais, Enguita (2008, p. 03), em suas primeiras palavras, critica tal vertente, uma vez que “vivemos em uma cultura que parece ter dado por perdido o campo do trabalho para buscar satisfações somente no do consumo”. Nesse caso, é observado que a sociedade capitalista vive em ciclo vicioso que busca conhecimento para adquirir mais capital e, após conseguir esse poder, esse mesmo será responsável por explorar a força de trabalho de outro que busca somente o consumo.

3. Trabalho e educação na nova ordem capitalista: qualificação técnica, desemprego e desigualdade social

As primeiras escolas, de modo geral, ensinavam somente a socialização de uma geração para outra, mediante a participação cotidiana das crianças nas atividades da vida adulta. Ao longo das transformações sociais, as escolas foram oferecendo doutrinamentos religiosos e após isso, ensinamentos políticos. À vista disso, após longos transformações sociais e culturais, que possibilitou a retirada da mulher e das crianças das grandes fábricas, foi propondo a necessidade de educar as crianças por meio de ensinamentos próprio, possibilitando que esse escolhesse sua profissão, criando as escolas de massas. Isso foi possível, uma vez que as crianças aprendiam por meio da prática, adquiriam a profissão do pai ou do seu grupo familiar. À face do exposto,

A escola é a primeira instituição a que se incorporam as crianças, descontando a família, a que ocupa o período que medeia entre a exclusividade desta e o trabalho e, de qualquer forma, a escolarização representa seu primeiro contato com uma instituição formal e/ou burocrática, com uma organização. Por conseguinte, é nela onde crianças e jovens fazem a primeira experiência do trato regular com estranhos, do trato com outras pessoas fora dos laços de parentesco ou da comunidade imediata (ENGUIA, 2008, p.158).

É possível observar, que a partir do desenvolvimento do trabalho assalariado, é retirada a função econômica da família. Dessa maneira, possibilita observar a imigração do trabalho, em que o jovem sai da esfera doméstica e migra para o mercado de trabalho, sendo essa acompanhada por uma socialização crescente da função educativa e da função assistencial. Nesse caso, “a escolarização dos aprendizados profissionais e a previdência social substituem a família” (PROST e VINCENT, 2009 p. 24). Ou seja, a função econômica da família é permutada pelos direitos assegurados pelo Estado, que garante a seguridade previdências, perpetuados pelo grupo familiar, fazendo com que os juvenis trabalhassem para garantir a seguridade a saúde, a previdência e a assistência social dos anciões.

De modo imperante, isso já era previsto por autores prolectos, uma vez, que, devido as competições intercapitalista e desinformação daqueles que detém da força de trabalho qualificada, já era possível observar esse processo da necessidade de maior qualificação, que acarreta, conseqüentemente, o desemprego por parte daqueles que não se qualificam e acentua a desigualdade social. Dessa forma,

E quanto mais se avança na competição intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial em uma dada região ou conjunto de países, quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo, ou ainda que não conseguem acompanhá-lo, quer pela ausência de base interna sólida, como a maioria dos pequenos países asiáticos, quer porque não conseguem acompanhar a intensidade do ritmo tecnológico hoje vivenciado, que também é controlado pelos países da tríade. São crescentes os exemplos de países excluídos desse movimento de reposição dos capitais produtivos e financeiros e do padrão tecnológico necessário, o que acarreta repercussões profundas no interior desses países, particularmente no que diz respeito ao desemprego e à precarização da força humana de trabalho (ANTUNES, 2000, p.35).

É visto que, a forma de produção tenha se modificado, devido a troca da força de trabalho com as máquinas, não restando mais a relação entre trabalhador e empregador. “O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou

acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador” (BRAVERMAN, 1981, p. 55). Essa relação é vista por esse autor ao dizer que o trabalhador faz o contrato de trabalho, uma vez que as condições sociais não propõem outra opção para ganhar dinheiro. O empregador, em contrapartida, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar e para isso converter parte dele em salário. Em outros termos, concluirá que por meio das transformações impostas da sociedade capitalista, o salário não paga o valor do trabalho, no entanto o valor da força de trabalho, cujo o desempenho está ligado no processo produtivo, criando neste caso, um valor maior do que o contido no salário. Nesse caso, é possível observar que os empregadores buscam pela força de trabalho qualificado, uma vez que o mercado oferece muitas opções, com consequência a isso, o empregador também oferece um menor valor por esse produto de trabalho.

Sobre outros aspectos, esse fenômeno foi conceituado de alienação, transfigurando ao passar de Hegel a Feuerbach. Nessa situação, Marx demonstrou, pela primeira vez, a alienação do trabalho como vista enquanto processo da vida econômica. Ou seja, alienação é “o processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital” (MARX, 1996, p. 9). Desse modo, é através do processo de trabalho alienado, o qual, seja ele um processo para criar valores úteis, tornou-se, especificamente, um processo de expansão do capital, para a criação de um lucro e de modo ensejado, para a detenção da sobrevivência do trabalhador.

Com o passar das Revoluções decorrentes das mudanças econômicas mundiais, o Brasil se viu perante uma reestruturação dos sistemas de ensino e educacional, tendo como base as transformações e ideológicas do neoliberalismo. Com base nisso, como complementa Hill (2003, p. 28):

As desigualdades tanto entre Estados como dentro de cada Estado aumentaram dramaticamente durante a era do neoliberalismo global. O capital global em sua presente forma neoliberal degrada, desumaniza e leva a um aumento das desigualdades entre as classes sociais dentro dos Estados e globalmente. Estes efeitos aumentam as desigualdades entre as classes sociais (influenciadas pela raça e o gênero) dentro dos Estados, aumentando as desigualdades das classes sociais (influenciados pela raça e o gênero) entre os Estados. A degradação e a capitalização da humanidade, inclusive a degradação ambiental, tem efeitos relacionados especialmente às classes sociais. Aqueles que podem comprar água potável não morrem de sede ou de diarreia. Em relação ao ensino, aqueles que têm capital econômico e cultural conseguem ter posição de vantagem nos “quase-mercados” (quasimarkets) das escolas locais.

Nesse caso, é visto que essas desigualdades das classes sociais são decorrentes de fatores desenrolados há um longo prazo. Além do mais, é possível observar que esses fatores de desigualdades perpetuam até os dias atuais, possibilitando existir entre aqueles que possuem maior qualificação com aqueles que não há possuem. Pode ser visto essa desigualdade, quando se compara o trabalho urbano e o trabalho rural, que apresenta maior força de trabalho. Além desse, é possível também existir a desigualdade no trabalho entre o valor do trabalho entre homens e mulheres. E, por fim, entre aqueles que possuem empregos e entre aqueles, que encontram, atualmente, desempregados.

Em vista desse último caso exposto, faz-se necessário analisar a taxa de desemprego, no país. Em pleno exórdio do século XXI, a população economicamente ativa, sendo considerados a participação etária de 15 aos 24 anos, é de aproximadamente 50% da população brasileira. No entanto, é visto que parte dessa população se encontra desempregada, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa média de desemprego, em 2020, foi de 13,5%, a maior da série iniciada em 2012. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), o desemprego ficou em 14,7%, conforme dados apresentados na data de hoje, a maior taxa já registrada para o período, atingindo o número recorde de brasileiros desempregados. Imperante destacar que, esses dados de desemprego representam por vários fatores, dentre eles a crise econômica do país devido a pandemia do vírus do coronavírus (COVID-19).

Vale ressaltar, de acordo com Enguita (2008, p.184):

A distribuição desigual dos recursos econômicos e do poder político entre os indivíduos e os grupos sociais proporciona-lhes oportunidades diferenciais de acesso aos meios de aprendizagem, sejam estes privados (caso em que dependem dos primeiros) ou públicos (em cujo caso depende m do segundo). O véu encobridor que sobre essa posse desigual de poder e recursos na esfera educacional supõem a igualdade formal perante a instituição escolar e a ideologia da igualdade de oportunidades não é nada mais que antecipação do que estenderão sobre as desigualdades de propriedade e poder na esfera econômica o igualitarismo formal do mercado e a ideologia da livre concorrência empresarial e individual.

Pode-se entender, nesse caso, que a desigualdade está intimamente ligada a distribuição desigual dos recursos econômicos, desenvolvido pela imposição do capitalismo. No caso em que esse artigo busca objetivar, que é o caso do desemprego da força de trabalho qualificada, devido a qualificação do técnico, Freitas (2018, p.83) explana sobre a insistência da

[...] reforma empresarial para que a escola se restrinja à “aprendizagem das disciplinas básicas” é uma demanda de longa

data do *status quo*, assustado com a possibilidade de que os processos de trabalho inevitavelmente baseados em maior uso de tecnologia, ao demandarem mais instrução, acabem por “educar demais a mão de obra”, levando-a a níveis de conscientização maiores que mobilizem e coloquem em xeque o próprio *status quo*.

No entanto, Saviani (2007, p. 160), aponta que, no Brasil, a desigualdade social está na forma de organização do sistema de ensino com base no princípio educativo do trabalho. Isso é visto, uma vez que, “o modo como está organizada a sociedade atual é a referência para a organização do ensino fundamental. O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem o que não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade”.

Nesse caso, a autora acima supracitada faz uma crítica à qualificação brasileira, ao dizer que: “o papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 160). Além disso, é ensejado a forma que o Governo qualifica a força de trabalho, oferecendo, no ensino médio politécnico - múltiplas técnicas, multiplicidade de técnica -, nos processos básicos da produção e inversão ao jovem no mercado de trabalho sem que esse adentre ao ensino superior.

Nesse caso, como foi visto, a população que se encontra com a formação do curso superior encontra-se no mercado de trabalho ofertando sua força de trabalho com um valor desproporcional do que é válido. Isso é possível, uma vez que o Governo busca investir no ensino politécnico, ofertando uma quantidade maior de força de trabalho e, conseqüentemente, oferecendo uma maior qualificação no mercado.

Considerações finais

Como discutido acima, foi possível entender a relação de trabalho e educação, no Brasil, nos dias atuais. Nesse caso, foi visto que a educação acarretou várias transformações no trabalho, principalmente, na inclusão de tecnologia. Além disso, é observável que essas modificações não atingiram, não somente a forma de trabalho, como também a conjuntura econômica e social de toda uma coletividade que passou a viver em prol dos atributos impostos pelo capitalismo.

Aqui é possível perceber que, no Brasil, a nova ordem capitalista propôs modificações à educação e ao trabalho. A vista disso, foi mostrado que o Governo investiu novas formas de qualificação, sendo imposto ensino médio politécnico, que tem como base a múltiplas técnicas. Esse tipo de ensino, possibilita que o mercado de trabalho se encontra deteriorada, uma vez que a expansão do sistema educacional pode acarretar o desemprego de força de trabalho qualificada-daqueles que puderam fazer um curso superior.

Foi mostrado, a partir de dados, o percentual da população economicamente ativa desempregado. Além do mais, foi possível entender como funciona a desigualdade social, no Brasil, em decorrência de distribuição desigual dos recursos econômicos e do poder político entre os indivíduos e os grupos sociais proporcionando-lhes oportunidades diferenciais de acesso aos meios de aprendizagem.

Referências:

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo. 2000. Pdf

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. Zahar Ed.: Rio de Janeiro. 1981. Pdf

ENQUITA, M. F. **A Face Oculta da Escola**. Porto Alegre: Clube dos Eds. 2008.

FREITAS, L.C. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular. 2018. Pdf

HILL, Dave. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. **Currículo Sem Fronteiras (online)**. 2003. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/hill.pdf>

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD**. Taxa de Desemprego. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

MARX, K. **O Capital**. vol 1. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo: 1996. Pdf

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C.C. Trabalho e Educação na nova ordem capitalista: inovação técnica, qualificação e precarização. **HISTEDBR On-line**, Cam, N. 65, p. 58-72, out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642696/10175>. Pdf

PROST, A.; VINCENT, G. **História da Vida Privada**. N, 5. São Paulo: 2009. Pdf

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. V 12, N 34. Jan/abr. 2007. Pdf